



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO - 2025



ITEM 05

(Resolução TC Nº 300, de 19 de novembro de 2025)



Documento Assinado Digitalmente por: DIEGO DA ROCHA CABRAL, CINTIA SARAIVA DE CORREIA DE LIMA
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 04445944-1a01-4f79-b20e-5add90abb6bd

Balanço Financeiro do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas



BFM 2025

Publicado em março de 2026



Documento Assinado Digitalmente por: DIEGO DA ROCHA CABRAL, CINTIA SARINE CORREIA DE LIMA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 07/a1397d-1a6f-4f79-b20e-5add90abb6bd



BFM
2025

Balanco Financeiro do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas

Órgão Central de Contabilidade Municipal



Publicado em março de 2026



APRESENTAÇÃO

O Balanço Financeiro do Município (BFM) foi elaborado em conformidade com o art. 101 e Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como está aderente ao item 3, da Parte V, da 11ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN/MF nº 2.016, de 18 de dezembro de 2024, e as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06, atualizada em junho de 2024.

Quanto ao IPC nº 06, houve mudança significativa da estrutura dos “saldos do exercício anterior (V) e “Saldo para o Exercício Seguinte (XI), segregando os níveis de “Caixa e Equivalente de Caixa (exceto RPPS)” e “Caixa e Equivalente de Caixa do RPPS”, mantendo o nível “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”. Sendo assim, para efeito de comparabilidade, os valores das colunas de saldos anteriores que antes eram somados em uma única linha (caixa e equivalente de caixa), foram segregados de forma a preservar o padrão da informação contábil.

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e estão aderentes ao CT SP nº 02, de 13 de junho de 2024 e aos Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 300, de 19 de novembro de 2025. Quanto a sua estrutura, as notas explicativas foram padronizadas pela supervisão técnica do CESPAM e sua reprodução no todo ou em parte fere a averbação de registro de obras e propriedade intelectual dos direitos autorais.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e financeiras utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020, alterado pelo Decreto Federal nº 11.644, de 16 de agosto de 2023. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com o suporte orientativo do Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Administração Municipal Ltda (CESPAM).

O balanço financeiro tem por objetivo apresentar o fluxo de caixa do município, decorrentes das operações orçamentárias e extraorçamentárias apuradas durante todo o exercício, a qual resulta em aumento ou diminuição das disponibilidades financeiras ao compararmos saldos iniciais e finais.

Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, das quais destacamos as referências cruzadas numéricas. Este município, encontra-se na 88ª posição no último Ranking do TCE-PE dentre os 184 municípios Pernambucanos, bem como possui conceito A, no Ranking SICONFI da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal medido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Analisando os saldos do exercício anterior (V) em confronto com os saldos para o exercício seguinte (XI), houve ao final deste exercício, (aumento) de R\$ 104.213.937,41, nas disponibilidades e depósitos restituíveis vinculados, constituindo o “Resultado Financeiro do Exercício”. A seguir será apresentado o Balanço Financeiro na íntegra e suas respectivas Notas Explicativas.

DIEGO DA ROCHA CABRAL
Prefeito

CINTIA SARINE CORREIA DE LIMA
Contadora





Documento Assinado Digitalmente por: DIEGO DA ROCHA CABRAL, CINTIA SARINE CORREIA DE LIMA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 07/a1397d-1a6f-4f79-b20e-5add90abb6bd

BFM
2025

Balanco Financeiro do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas



Município de Camaragibe

Avenida Doutor Belmino Correia, 3038 - Timbí - 54.768-000 - Camaragibe/ PE
CNPJ: 08.260.663/0001-57 Fone: (81)2129-9500
<https://www.camaragibe.pe.gov.br/>



Usuário: Osman Bruno

Chave de Autenticação
1664-5990-511

Página
1 / 2

Anexo 13 da Lei Nº 4.320/1964 - Balanço Financeiro

Valores em R\$ - Período: 01/01/2025 até 31/12/2025
Despesa realizada: Empenhada

Ingressos			Dispêndios		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I) Nota 1	675.323.126,47	620.178.113,10	Despesa Orçamentária (VII) Nota 6	577.627.247,34	551.441.283,61
Recursos Não Vinculados	330.936.666,57	307.158.955,48	Recursos Não Vinculados	337.755.439,35	310.811.854,84
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	213.235.519,22	209.372.256,31	Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	193.733.640,42	200.481.582,64
Recursos Vinculados à Educação	80.855.611,07	75.156.415,76	Recursos Destinados à Educação	80.782.992,80	74.332.204,23
Recursos Vinculados à Saúde	99.582.570,30	87.030.449,55	Recursos Destinados à Saúde	76.662.328,80	83.243.728,99
Recursos Vinculados à Assistência Social	3.366.180,45	3.138.414,53	Recursos Vinculados à Assistência Social	4.114.841,84	4.283.666,50
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)			Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)		
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	12.779.290,64	8.478.372,33	Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	13.122.222,81	12.012.168,49
Demais Vinculações Legais	16.651.866,76	35.568.604,14	Demais Vinculações Legais	19.051.254,17	26.609.814,43
Outras Vinculações			Outras Vinculações		
Recursos Vinculados ao RPPS	131.150.940,68	103.646.901,31	Recursos Vinculados ao RPPS	46.138.167,57	40.147.846,13
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	129.713.459,61	103.274.627,32	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	44.941.002,73	39.838.959,47
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)			Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	1.437.481,07	372.273,99	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	1.197.164,84	308.886,66
Transferências Financeiras Recebidas (II) Nota 2	116.624.944,41	97.666.694,22	Transferências Financeiras Concedidas (VIII) Nota 7	116.624.944,41	97.666.694,22
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	116.624.944,41	97.666.694,22	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	116.624.944,41	97.666.694,22
Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária			Transferências Financeira Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS			Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS			Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares			Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)	0,00	0,00	Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)	0,00	0,00
Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras			Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras		
Desbloqueios de Valores em Caixa			Bloqueios de Valores em Caixa		
Recebimentos Extraorçamentários (IV) Nota 3	102.465.234,25	87.615.975,81	Pagamentos Extraorçamentários (X) Nota 8	95.947.175,97	110.653.250,06
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	922.921,20	8.771,20	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		3.298.326,37
Inscrição de Restos a Pagar Processados	7.530.543,85	5.151.966,56	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	4.556.156,17	9.784.499,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	94.011.769,20	82.455.238,05	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	91.391.019,80	82.453.863,04
Outros Recebimentos Extraorçamentários			Outros Pagamentos Extraorçamentários		15.116.561,17
Saldo do Exercício Anterior (V) Nota 4	509.547.823,70	463.848.268,46	Saldo para o Exercício Seguinte (XI) Nota 9	613.761.761,11	509.547.823,70
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	30.448.906,73	33.131.845,50	Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	49.650.071,03	30.448.906,73
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00	Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	79.409.138,30	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias	479.098.916,97	430.716.422,96	Investimentos e Aplicações Temporárias	484.702.551,78	479.098.916,97
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Nota 5	0,00	0,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Nota 10	0,00	0,00
TOTAL (VI) = (I + II + III + IV + V)	1.403.961.128,83	1.269.309.051,59	TOTAL (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)	1.403.961.128,83	1.269.309.051,59

Documento Assinado Digitalmente por: DIEGO DA ROCHA CABRAL, CINTIA SARINNE CORREIA DE LIMA

Asses em: https://eictec.ce.gov.br/cpp/validadoc?doc=cam&codigo_documento=07a1397d-1a6f-4f79-b20c-5add90ab6bbd





Município de Camaragibe

Avenida Doutor Belmino Correia, 3038 - Timbí - 54.768-000 - Camaragibe/ PE
CNPJ: 08.260.663/0001-57 Fone: (81)2129-9500
<https://www.camaragibe.pe.gov.br/>



Usuário: Osman Bruno

Chave de Autenticação
1664-5990-511

Página
2 / 2

Anexo 13 da Lei Nº 4.320/1964 - Balanço Financeiro

Valores em R\$ - Período: 01/01/2025 até 31/12/2025
Despesa realizada: Empenhada

Quadro Anexo	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	ESPECIFICAÇÃO	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)
Recursos Não Vinculados	380.760.443,98	49.823.777,41	330.936.666,57	353.808.143,44	46.649.186,96	307.158.956,48
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	213.235.519,22	0,00	213.235.519,22	209.372.256,31	0,00	209.372.256,31
Recursos Vinculados à Educação	80.855.611,07	0,00	80.855.611,07	75.156.415,76	0,00	75.156.415,76
Recursos Vinculados à Saúde	99.582.570,30	0,00	99.582.570,30	87.030.449,55	0,00	87.030.449,55
Recursos Vinculados à Assistência Social	3.366.180,45	0,00	3.366.180,45	3.138.414,53	0,00	3.138.414,53
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	12.779.290,64	0,00	12.779.290,64	8.478.372,33	0,00	8.478.372,33
Demais Vinculações Legais	16.651.866,76	0,00	16.651.866,76	35.568.604,14	0,00	35.568.604,14
Outras Vinculações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	138.426.785,67	7.275.844,99	131.150.940,68	103.646.901,31	0,00	103.646.901,31
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	136.989.304,60	7.275.844,99	129.713.459,61	103.274.627,32	0,00	103.274.627,32
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	1.437.481,07	0,00	1.437.481,07	372.273,99	0,00	372.273,99
TOTAL	732.422.748,87	57.099.622,40	675.323.126,47	666.827.301,06	46.649.186,96	620.178.114,10

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Camaragibe, Fundo Municipal de Saúde de Camaragibe, Fundo Municipal de Assistência Social de Camaragibe, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Camaragibe, Fundação de Cultura e Turismo de Camaragibe, Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Camaragibe - CAMARAGIBEPREV, Câmara Municipal de Vereadores de Camaragibe

DIEGO DA ROCHA CABRAL

Prefeito
CPF: 040.991.394-41 (Assinado Digitalmente)

CINTIA SARINE CORREIA DE LIMA

Contadora
CRC-PE 022135/O-8 (Assinado Digitalmente)

Documento Assinado Digitalmente por: DIEGO DA ROCHA CABRAL, CINTIA SARINE CORREIA DE LIMA
Acesse em: <https://eicf.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 07a1397d-1a6f-4f79-b20e-5add90abb6bd



BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 300, de 19 de novembro de 2025)

(ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1. Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação: Prefeitura Municipal de Camaragibe
a.2. Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
a.3. Domicílio do órgão ou entidade: Avenida Doutor Belmino Correia, nº 3038 – Bairro: Timbí – Cidade: Camaragibe/ PE – Pernambuco – CEP: 54.768-000.
a.4. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade consolidadora: A Prefeitura Municipal concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. Para tanto, em sua estrutura constam secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A Câmara de Vereadores se mantém através de transferência financeira feito pelo município até o dia 20 de cada mês chamado de “Duodécimo”, conforme art. 29-A da Constituição Federal.
a.5. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: As Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) não preveem o Balanço Financeiro. Porém, sua elaboração e publicação é obrigatória por força do art. 101 da Lei Federal nº 4.320/64. Desta forma, este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 2.016/2024, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª Edição. Complementarmente foi publicada a Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06, tratando da metodologia de elaboração do balanço financeiro, atualizada em junho de 2024. Quanto ao IPC nº 06, houve mudança significativa da estrutura dos “saldos do exercício anterior (V) e “Saldo para o Exercício Seguinte (XI), segregando os níveis de “Caixa e Equivalente de Caixa (exceto RPPS)” e “Caixa e Equivalente de Caixa do RPPS”, mantendo o nível “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”. Sendo assim, para efeito de comparabilidade, os valores das colunas de saldos anteriores que antes eram somados em uma única linha (caixa e equivalente de caixa), foram segregados de forma a preservar o padrão da informação contábil. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021 e Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021. Os registros foram feitos através do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público definido pela parte IV da 11ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), obedecendo a seguinte codificação padronizada: 1 – Ativo; 2 – Passivo; 3 – Variação Patrimonial Diminutiva; 4 – Variação Patrimonial Aumentativa; 5 – Controles da Aprovação do Orçamento; 6 – Controle da Execução do Planejamento e Orçamento; 7 – Controles Devedores; e 8 – Controles Credores. Quanto as fontes e destinação de recursos, este demonstrativo seguiu a estrutura padronizada pela Secretaria do Tesouro Nacional sendo o primeiro dígito para o ano, os três dígitos da fonte de recursos com o intervalo de número 500 a 999, e as informações complementares (CO) com quatro dígitos. Destacam-se as fontes 500, referente aos recursos não vinculados, específicos para a arrecadação das receitas de impostos e transferências de impostos e 501, para os demais recursos livres, sem vinculação específica. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação Contábil da STN.
a.6. Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, caso existam, conforme relação a seguir: <ol style="list-style-type: none">1) Câmara Municipal de Vereadores;2) Prefeitura Municipal de Camaragibe;3) Fundo Municipal de Saúde de Camaragibe (FMS);4) Fundo Municipal de Assistência Social de Camaragibe (FMAS);5) Fundação de Cultura;6) Fundo Municipal de Defesa da Criança e ao Adolescente (FUNDECA);7) Fundo Previdenciário do Município de Camaragibe.

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:
--

Documento Assinado Digitalmente por: DIEGO DA ROCHA CABRAL, CINTIA SARINE CORREIA DE LIMA
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/epi/ppf/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=07a1397d-116f-4479-b20c-5add990bb6bd>

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 300, de 19 de novembro de 2025)

Documento Assinado Digitalmente por: DIEGO DA ROCHA CABRAL, CINTIA SARINE CORREIA DE LIMA
Acesse em: https://reec.tce-pe.gov.br/ep/validarDoc.aspx?codigo_documento=0741397411664479-b20c-5add90b066d

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do balanço financeiro, tendo em consideração que as opções e premissas da legislação afetam a contabilidade aplicada ao setor público.

b.2. Bases de mensuração utilizadas:

- O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto. Ou seja, de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, realizando ao final do exercício, a inscrição dos restos a pagar processados e não processados no lado dos ingressos extraorçamentários.
- A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes.
- Para estruturação do balanço e conseqüente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), para as transferências financeiras recebidas. A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.
- As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Atendendo ao IPC nº 06, houve mudança significativa da estrutura dos “saldos do exercício anterior (V) e “Saldo para o Exercício Seguinte (XI), segregando os níveis de “Caixa e Equivalente de Caixa (exceto RPPS)” e “Caixa e Equivalente de Caixa do RPPS”, mantendo o nível “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”. Sendo assim, para efeito de comparabilidade, os valores das colunas de saldos anteriores que antes eram somados em uma única linha (caixa e equivalente de caixa), foram segregados de forma a preservar o padrão da informação contábil.
- O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais consolidadas. No BFM é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

MODO 1

Saldo para o Exercício Seguinte (-) Saldo do Exercício Anterior = Resultado Financeiro do Exercício

MODO 2

Receita Orçamentária + TFR + Recebimentos Extraorçamentários (-) Despesa Orçamentária (-) TFC (-) Pagamentos Extraorçamentários = Resultado Financeiro do Exercício

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Atendendo ao IPC nº 06, houve mudança significativa da estrutura dos “saldos do exercício anterior (V) e “Saldo para o Exercício Seguinte (XI), segregando os níveis de “Caixa e Equivalente de Caixa (exceto RPPS)” e “Caixa e Equivalente de Caixa do RPPS”, mantendo o nível “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”. Sendo assim, para efeito de comparabilidade, os valores das colunas de saldos anteriores que antes eram somados em uma única linha (caixa e equivalente de caixa), foram segregados de forma a preservar o padrão da informação contábil.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao BFM. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial, caso existam.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

Ingressos		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I) Nota 1	675.323.126,47	620.178.113,10
Recursos Não Vinculados	330.936.666,57	307.158.955,48

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 300, de 19 de novembro de 2025)

Documento Assinado Digitalmente por: DIEGO DA ROCHA CABRAL, CINTIA SARINE CORREIA DE LIMA
Acesse em: <https://tce.tec.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 07/a1397d-1a6f-4f79-b20e-5add90b0bb6bd

Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	213.235.519,22	209.372.256,31
Recursos Vinculados à Educação	80.855.611,07	75.156.415,76
Recursos Vinculados à Saúde	99.582.570,30	87.030.449,55
Recursos Vinculados à Assistência Social	3.366.180,45	3.138.414,53
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)		
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	12.779.290,64	8.478.372,33
Demais Vinculações Legais	16.651.866,76	35.568.604,14
Outras Vinculações		
Recursos Vinculados ao RPPS	131.150.940,68	103.646.901,31
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	129.713.459,61	103.274.627,32
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	1.437.481,07	372.273,99
Transferências Financeiras Recebidas (II) Nota 2	116.624.944,41	97.666.694,22
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	116.624.944,41	97.666.694,22
Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)	0,00	0,00
Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras		
Desbloqueios de Valores em Caixa		
Recebimentos Extraorçamentários (IV) Nota 3	102.465.234,25	87.615.975,81
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	922.921,20	8.771,20
Inscrição de Restos a Pagar Processados	7.530.543,85	5.151.966,56
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	94.011.769,20	82.455.238,05
Outros Recebimentos Extraorçamentários		
Saldo do Exercício Anterior (V) Nota 4	509.547.823,70	463.848.268,46
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	30.448.906,73	33.131.845,50
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias	479.098.916,97	430.716.422,96
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Nota 5	0,00	0,00
TOTAL (VI) = (I + II + III + IV + V)	1.403.961.128,83	1.269.309.051,59

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício foi de R\$ 675.323.126,47.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 116.624.944,41 e para aportes de recursos para o RPPS de R\$ 0,00, totalizando o valor de R\$ 116.624.944,41.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 102.465.234,25, sendo R\$ 8.453.465,05, relativo à inscrição dos restos a pagar, R\$ 94.011.769,20, decorrentes de depósitos e valores restituíveis. Não houve registros de outros recebimentos extraorçamentários.

Nota 4) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos no exercício anterior foi de R\$ 30.448.906,73, além de R\$ 479.098.916,97 em investimentos e aplicações temporárias.

Nota 5) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS: O saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00.

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 300, de 19 de novembro de 2025)

Documento Assinado Digitalmente por: DIEGO DA ROCHA CABRAL, CINTIA SARINE CORREIA DE LIMA
Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 07/a1397d-1a6f-4f79-b20e-5add908bb6bd

Dispêndios		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VII) Nota 6	577.627.247,34	551.441.283,61
Recursos Não Vinculados	337.755.439,35	310.811.854,84
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	193.733.640,42	200.481.582,64
Recursos Destinados à Educação	80.782.992,80	74.332.204,23
Recursos Destinados à Saúde	76.662.328,80	83.243.728,99
Recursos Vinculados à Assistência Social	4.114.841,84	4.283.666,50
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)		
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	13.122.222,81	12.012.168,49
Demais Vinculações Legais	19.051.254,17	26.609.814,43
Outras Vinculações		
Recursos Vinculados ao RPPS	46.138.167,57	40.147.846,13
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	44.941.002,73	39.838.959,47
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	1.197.164,84	308.886,66
Transferências Financeiras Concedidas (VIII) Nota 7	116.624.944,41	97.666.694,22
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	116.624.944,41	97.666.694,22
Transferências Financeira Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		
Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		
Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)	0,00	0,00
Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras		
Bloqueios de Valores em Caixa		
Pagamentos Extraorçamentários (X) Nota 8	95.947.175,97	110.653.250,06
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		3.298.326,37
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	4.556.156,17	9.784.499,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	91.391.019,80	82.453.863,04
Outros Pagamentos Extraorçamentários		15.116.561,17
Saldo para o Exercício Seguinte (XI) Nota 9	613.761.761,11	509.547.823,70
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	49.650.071,03	30.448.906,73
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	79.409.138,30	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias	484.702.551,78	479.098.916,97
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Nota 10	0,00	0,00
TOTAL (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)	1.403.961.128,83	1.269.309.051,59

Nota 6) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das despesas orçamentárias empenhadas no exercício foi de R\$ 577.627.247,34.

Nota 7) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 116.624.944,41.

Nota 8) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 95.947.175,97. Deste valor, os pagamentos de restos a pagar somam R\$ 4.556.156,17, enquanto os depósitos e valores restituíveis somam R\$ 91.391.019,80.

Nota 9) SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor total disponível em bancos ao final do exercício foi de R\$ 129.059.209,33. Os valores de investimentos e aplicações temporárias foram de R\$ 484.702.551,78. Ao compararmos o saldo ao final do exercício com o saldo final do exercício anterior (R\$ 509.547.823,70), nota-se uma variação (positiva) na ordem de R\$ 104.213.937,41.

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 300, de 19 de novembro de 2025)

Nota 10) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS: O valor total dos depósitos restituíveis e valores vinculados foram de R\$ 0,00, e de outros rendimentos foram de R\$ 0,00.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos não interferindo no BFM.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2025
R\$ 0,00

(Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.)

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2025
R\$ 0,00

(Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.)

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO FINANCEIRO, SE HOUVER:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BFM e necessitem de ajustes. As operações estão de acordo com a IPC 11 – Contabilização de Retenções atualizada em dezembro de 2025.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO IX E XI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 300/2025 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2 Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

Transferências Financeiras Recebidas (II) Nota 2	116.624.944,41	97.666.694,22	Transferências Financeiras Concedidas (VIII) Nota 7	116.624.944,41	97.666.694,22
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	116.624.944,41	97.666.694,22	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	116.624.944,41	97.666.694,22
Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária			Transferências Financeira Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS			Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS			Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares			Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		

h.3. Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

Documento Assinado Digitalmente por: DIEGO DA ROCHA CABRAL, CINTIA SARINE CORREIA DE LIMA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 07/a1397-d-1a6f-4f79-b20e-5add90b0bb6bd

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 300, de 19 de novembro de 2025)

Rubrica	Fonte de Recursos Próprios	Fonte de Recursos Vinculados
1.7.1.1.51.1.1.00 Cota parte do FPM.	37.629.318,38	0,00
1.7.1.1.52.0.1.00 Cota parte do ITR.	1.382,98	0,00
1.7.1.9.61.0.1.00 Auxílio Financeiro – EC 123/2022	0,00	0,00
1.7.2.1.50.0.1.00 ICMS Estado	9.159.921,28	0,00
1.7.2.1.51.0.1.00 IPVA	3.006.494,39	0,00
1.7.2.1.52.0.1.00 IPI	26.660,38	0,00
1.7.2.9.53.0.1.00 Compensação Financeira – LC nº 194/2022	0,00	0,00
1.3.2.1.04.0.1 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	0,00	7.275.844,99
Total	49.823.777,41	7.275.844,99

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções na fonte de recursos ordinários e do RPPS. Desta forma, a receita bruta total foi de R\$ 732.422.748,87, enquanto as deduções somam R\$ 57.099.622,40, representando o valor líquido de R\$ 682.598.971,46.

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015, ATUALIZADA PELAS PORTARIAS MS/STN Nº 10.300, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022, E PORTARIA STN/MF Nº 1.569, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, atualizada pelas portarias MS/STN nº 10.300, de 1º de dezembro de 2022, e STN/MF nº 1.569, de 11 de dezembro de 2023, para cidades acima de 50.000 habitantes.

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Concluído
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Concluído

Documento Assinado Digitalmente por: DIEGO DA ROCHA CABRAL, CINTIA SARINE CORREIA DE LIMA
Acesse em: <https://tcece.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 07/a1397d-1a6f-4f79-b20e-5add90bb96bd

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 300, de 19 de novembro de 2025)

Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2023	Concluído
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

Documento Assinado Digitalmente por: DIEGO DA ROCHA CABRAL, CINTIA SARINE CORREIA DE LIMA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 07/a1397d-1a6f-4f79-b20e-5add90b06b6d

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 300, de 19 de novembro de 2025)

Documento Assinado Digitalmente por: DIEGO DA ROCHA CABRAL, CINTIA SARINE CORREIA DE LIMA
Acesse em: <https://tcece.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 07/a1397d-1a6f-4f79-b20e-5add908b6b6d

	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	20. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios sociais.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2026	Em andamento
Ação	21. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2027	Em andamento
Ação	22. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Arrendamentos.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2028	Em andamento
Ação	23. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2028	Em andamento
Ação	24. NBCT SP 07 (R1) - Ativo Imobilizado Propriedade, Planta e Equipamento.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2028	Em andamento
Ação	25. NBCT SP Estrutura Conceitual (R1).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2030	Em andamento
Ação	26. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2030	Em andamento
Ação	27. Despesas de Transferência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2030	Em andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 300, de 19 de novembro de 2025)

Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS EM REGIME ESPECIAL.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS PÚBLICOS.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

DIEGO DA ROCHA CABRAL
Prefeito

CINTIA SARINE CORREIA DE LIMA
Contadora
CRC-PE Nº 022135/O-8

Documento Assinado Digitalmente por: DIEGO DA ROCHA CABRAL, CINTIA SARINE CORREIA DE LIMA
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 07/a1397-d-1a6f-4f79-b20e-5add90abb06bd